

Secretário Técnico da Federação dos Bombeiros do Distrito de Évora — 1993 a 2002

Sócio fundador e Vice-Presidente do AeroClube de Ultra Ligeiros do Alentejo

Habilitações Literárias

12.º Ano de Escolaridade

Formação profissional

Curso básico de comandos na Escola Nacional de Bombeiros — 1992

Curso de comandantes operacionais (módulo florestal) na Escola Nacional de Bombeiros — 1992

Curso de protecção contra incêndios no parque de treinos da TEPESA (Espanha) -1992

Curso sobre tecnologias dos gases combustíveis na Escola Nacional de Bombeiros — 1995

Curso de liderança e chefia na Escola Nacional de Bombeiros — 1996

Curso técnico-prático de “flash over” no campo de treinos da Seganosa (GALIZA) — 2001

1.º Curso elementar de protecção civil e socorro, na Escola Nacional de Bombeiros — 2004

Curso de quadros de comando (3 módulos), gestão operacional, organização e liderança e práticas de combate a incêndios, na Escola Nacional de Bombeiros — 2004

Curso de combate a incêndios urbanos e industriais, no departamento de protección y lucha contra incêndios, na Galiza — 2004

Curso de organização de postos de comando, na Escola Nacional de Bombeiros — 2005

Curso de chefes de equipas de combate a incêndio florestais na Lousã, pela Escola Nacional de Bombeiros — 2006

Curso de organização inicial de teatro de operações no combate aos incêndios florestais, na Escola Nacional de Bombeiros — 2007

Curso de comando de operações aéreas “COPAR” na Escola Nacional de Bombeiros — 2007

202155242

Despacho n.º 18518/2009

Em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, através do Despacho n.º 11392/2008 do Secretário de Estado da Protecção Civil, de 10 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 78, de 21 de Abril de 2008, foi criado o lugar de adjunto de operações distrital nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém, Setúbal e Viseu.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 97/2005, de 16 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de Fevereiro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, sob proposta do Comandante Operacional Nacional, ouvido o Comandante Operacional Distrital de Viseu, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para desempenhar as funções de Adjunto de Operações Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu, o licenciado Vasco José da Silva e Santos.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício das funções, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos a 27 de Julho.

27 de Julho de 2009. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

ANEXO

Síntese curricular

Nome: Vasco José da Silva e Santos;

Data de nascimento: 20 de Outubro de 1972;

Naturalidade: Santa Maria de Viseu;

Nacionalidade: Portuguesa;

Formação académica: Licenciatura em Eng.ª Agrária, variante Florestal pela Escola Superior Agrária de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu;

Mestrando em “Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos”, na Faculdade de Economia, na Faculdade de Letras e na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Actividade profissional:

Desde Janeiro de 2005-Técnico Superior em Eng.ª Florestal na Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, como coordenador técnico do:

Gabinete de Protecção Civil; Gabinete Técnico Florestal; Parque Botânico “*Arbutus do Demo*”; Conselho Cingético Municipal; Equipa de sapadores florestais; Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI); Plano Municipal de Emergência. E ainda responsável pela emissão de pareceres técnicos, levantamento de áreas ardidas e acompanhamento de acções nas quais intervenham agentes de protecção civil, de âmbito municipal. 2004-Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas — Defesa da Floresta Contra Incêndios (MADRP- DFCI): operador do Centro de Prevenção e Detecção de Fogos Florestais, CPD — 03, Viseu. 2002-2003-MADRP — DFCI, vigia florestal, PV-45.01, Santa Luzia, Campo, Viseu. 1994-2001-Responsável de operações locais na Companhia Portuguesa de Lojas Desconto, Viseu e Coimbra. 1993-MADRP — DFCI, CPD-03, Viseu.

Formação profissional:

2008-“Operações e técnicas de gestão de combustíveis com ferramentas manuais e motomanuais”, Centro de Operações e Técnicas Florestais — AFN; “Interface urbano florestal”, Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Associação de Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial em parceria com a AFN; “Técnicas e operações de apoio ao combate a incêndios”, COTF-AFN; “Cultivo de *Pleurotus ostreatus*”, Associação de Desenvolvimento da Região do Alto-Tâmega; 2007-“Gestão da prevenção — Organização de emergência”, CMVNP; “Procedimentos do sistema de segurança e saúde no trabalho” CMVNP; “Planeamento e avaliação de planos de fogo controlado”, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; 2006-“Utilização de SIG através de *Arcview* — avançado”, Núcleo Florestal de Dão-Lafões, da Direcção-Geral de Recursos Florestais. 2005- “Utilização de Sistemas de Informação Geográfica através do *Arcview Gis*”, Secção de Silvicultura da E.S. A.V.

Trabalhos académicos:

2009-“Impacto das emissões gasosas dos incêndios florestais na qualidade do ar da cidade de Coimbra”, artigo produzido no âmbito da unidade curricular “Relevância ambiental e cultural do risco”, do Mestrado em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos na Faculdade de Letras da Universidade Coimbra. 2008-“Alterações da estrutura espacial na área de paisagem protegida de Vila Nova de Paiva (1990-2005)” artigo derivado do Trabalho Final de Curso da licenciatura, proposto à Comissão Científica do 6.º Congresso Florestal Nacional. 2005-Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Vila Nova de Paiva” Comunicação no I Encontro de Gabinetes Técnicos Florestais do Distrito e Viseu; “A floresta e o impacto ambiental como promotores da sustentabilidade do território” comunicação no Seminário “Viseu — Região Digital” promovido pela Lusitânia — Agência de Desenvolvimento Regional. “Ensaio de transplantes, Parque Botânico *Arbutus do Demo*”, poster derivado do Trabalho Complementar de Curso da licenciatura, e exposto no 5.º Congresso Florestal Nacional. 2004-“Parque Botânico *Arbutus do Demo*- situação actual” comunicação no “Seminário Internacional da Rede de Jardins do Sudoeste Europeu “(*Chaise-Dieu*, França).

Actividade associativa:

Conselho Pedagógico da E.S. A.V.; Secção autónoma de apicultura da E.S. A.V.; Associação de Estudantes de Eng.ª Florestal de Viseu; Tesoureiro na Associação de Estudantes da E.S. A.V.

202155331

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 18519/2009

O Decreto-Lei n.º 60/2009, de 4 de Março, criou o Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão e o Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Carregal do Sal, Mangualde e Nelas, os quais importa colocar em funcionamento, disponibilizando assim às respectivas populações uma forma rápida, segura e barata de resolver os seus conflitos. Nos julgados de paz, os conflitos são resolvidos com a intervenção do juiz de paz ou de um serviço de mediação voluntária, destinado a promover a resolução de litígios por acordo das partes. Estes serviços de mediação têm sido responsáveis pela resolução por acordo de um número muito significativo de casos e, também por essa razão, contribuem para a resolução eficaz e rápida dos conflitos pelos julgados de paz, a qual tem ocorrido num prazo médio entre dois e três meses. Pretende-se assim que, desde já, estes julgados de paz possam prestar um serviço completo, que inclua também um serviço de mediação pública, pelo que se torna necessário prever os termos em que esses serviços de mediação são disponibilizados até à organização do concurso de selecção de mediadores e respectiva aprovação e publicação da lista definitiva.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, determino o seguinte:

Artigo 1.º

Até que o concurso de selecção de mediadores se encontre concluído e a lista definitiva aprovada e publicada, a lista dos mediadores inscritos no Julgado de Paz mais próximo, em termos territoriais, deve passar a servir também os julgados de paz a instalar, nos seguintes termos:

a) O funcionamento do serviço de mediação no Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão deve ser assegurado pelos mediadores inscritos no Julgado de Paz do Concelho de Miranda do Corvo;

b) O funcionamento do serviço de mediação no Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Carregal do Sal, Mangualde e Nelas deve ser assegurado pelos mediadores inscritos no Julgado de Paz do Concelho de Vila Nova de Poiares.

Artigo 2.º

Nos termos do artigo anterior, os mediadores com inscrição em vigor nos Julgados de Paz dos Concelhos de Miranda do Corvo e de Vila Nova de Poiares podem manifestar junto do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios a sua intenção de prestar, a título transitório, serviços de mediação junto dos novos julgados de paz.

Artigo 3.º

O presente despacho produz efeitos em relação ao Julgado de Paz do Agrupamento de Concelhos de Carregal do Sal, Mangualde e Nelas desde 6 de Agosto de 2009 e em relação ao Julgado de Paz de Belmonte, Covilhã e Fundão a partir da data de entrada em vigor da respectiva portaria de instalação.

4 de Agosto de 2009. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

202155664

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso n.º 14183/2009

Concurso externo de ingresso para provimento de 1 lugar de especialista estagiário, para a Unidade de Telecomunicações e Informática/Área de Informática, (ex-Departamento de Telecomunicações e Informática).

Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de 1 lugar de especialista estagiário, para a Unidade de Telecomunicações e Informática/Área de Informática, (ex-Departamento de Telecomunicações e Informática) do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 23 de Abril de 2008, ficam notificados para, querendo e no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, dizerem por escrito o que se lhes oferecer acerca do projecto de lista de classificação final, lavrada em acta da reunião do Júri n.º 11 de 24 de Junho de 2009, que será afixada na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, na data da publicação do presente aviso.

Os candidatos poderão consultar o processo do concurso, das 09H00 às 12H00 e das 14H00 às 17H00, de segunda-feira a sexta-feira, na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, sita no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

1 de Julho de 2009. — Pela Directora de Unidade, o Chefe de Área, *António Barbosa*.

201994394

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 18520/2009

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, definiu o modelo de gover-

nação do Quadro de Referência Estratégico Nacional e dos respectivos programas operacionais, adiante designados por PO.

Por sua vez, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 202, de 19 de Outubro, e rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 113/2007, publicada na 1.ª série do *Diário da República*, n.º 243, de 18 de Dezembro, criou as estruturas de missão responsáveis pelo exercício das funções de autoridade de gestão dos PO regionais do continente, designando os seus responsáveis e definindo o respectivo estatuto.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 19 de Outubro, a Dr.ª Teresa Cristina Costa Leite de Azevedo foi nomeada vogal executiva da comissão directiva do PO Regional do Norte.

Considerando que a Dr.ª Teresa Cristina Costa Leite de Azevedo solicitou a sua exoneração do cargo de vogal executiva da Comissão Directiva do PO Regional do Norte, cujo exercício de funções é indispensável à manutenção da actividade do respectivo secretariado técnico, determino o seguinte:

1 — Exonero, a seu pedido, com efeitos a partir de 13 de Julho de 2009, a Dr.ª Teresa Cristina Costa Leite de Azevedo do cargo de vogal executiva da comissão directiva do PO Regional do Norte, para o qual foi nomeada pelo n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 19 de Outubro.

2 — Nomeio, com efeitos a 1 de Agosto de 2009, o Prof. Doutor Mário Rui Sousa Moreira da Silva como vogal executivo da comissão directiva do PO Regional do Norte, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.

30 de Julho de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

202153363

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho n.º 18521/2009

Considerando que o técnico superior António João Rocha Barata, pretende fazer cessar a situação de licença sem vencimento de longa duração em que se encontra, desde 9 de Outubro de 2006.

Considerando que o referido trabalhador estava afecto à Direcção-Geral da Empresa, organismo que foi objecto de extinção por fusão, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

Determino a colocação em situação de mobilidade especial do referido trabalhador, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 10 do artigo 13.º e n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

23 de Julho de 2009. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

202153225

Direcção Regional da Economia do Norte

Despacho (extracto) n.º 18522/2009

Por meu despacho de 2009-06-23 e nos termos do n.º 2 do artigo 128 do Código do Procedimento Administrativo, foi atribuída eficácia retroactiva ao meu anterior despacho de 2008-01-11, de nomeação na categoria de Assessor Principal, do funcionário Paulo José Barata Salgueiro Pita, produzindo a referida nomeação, efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2006.

20 de Julho de 2009. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

202153152

Despacho (extracto) n.º 18523/2009

Por meu despacho de 13-02-2009 e do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. de 09-06-2009, foi autorizada a mobilidade interna, por um ano, na carreira e categoria de técnico superior, à licenciada Alexandra de Jesus Rodrigues Nogueiro, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 60.º e do n.º 1 do artigo 63.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com efeitos a 24 de Junho de 2009.

28 de Julho de 2009. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

202152886